

BRICS

Declaração de Nova Delhi

Quarta Cúpula dos BRICS

Parceria dos BRICS para a Estabilidade, Segurança e Prosperidade

Nova Delhi, 29 de março de 2012

1. Nós, os líderes da República Federativa do Brasil, da Federação da Rússia, da República da Índia, da República Popular da China e da República da África do Sul, reunimo-nos em Nova Delhi, na Índia, em 29 de março de 2012, para a quarta Cúpula do BRICS. Nossas discussões, sob o tema "BRICS Parceria para a Estabilidade Global, Segurança e Prosperidade", foram conduzidas em atmosfera calorosa e de cordialidade, e inspiradas pela vontade comum de reforçar nossa parceria para o desenvolvimento comum e de desenvolver nossa cooperação, na base da abertura, solidariedade, cooperação, compreensão e confiança mútuas.

2. Nós nos reunimos sob o pano de fundo de desenvolvimentos e mudanças de grande importância global e regional - uma recuperação vacilante da economia global tornada mais complexa devido à situação na zona do euro; preocupações quanto ao desenvolvimento sustentável e à mudança do clima, que assumem maior relevância à medida que nos aproximamos da Conferência das Nações

Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) e da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que serão sediados no Brasil e na Índia, respectivamente, ao longo deste ano; a próxima Cúpula do G-20 no México e a recém realizada 8ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra; e o cenário político em curso no Oriente Médio e no Norte da África, que vemos com preocupação crescente. Nossas deliberações de hoje refletem nosso consenso no sentido de mantermos nosso engajamento com a comunidade mundial no momento em que fazemos face, de forma responsável e construtiva, a esses desafios ao bem-estar e à estabilidade globais.

3. O BRICS é uma plataforma para o diálogo e a cooperação entre países que representam 43% da população do mundo, para a promoção da paz, segurança e desenvolvimento em um mundo multipolar, interdependente e cada vez mais complexo e globalizado. Por sermos provenientes de Ásia, África, Europa e América Latina, a dimensão transcontinental de nossa interação ganha em valor e significado.

4. Nós vislumbramos um futuro marcado pela paz mundial, progresso econômico e social e de atitude realista e esclarecida. Estamos prontos a trabalhar em conjunto com outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, com base em normas universalmente reconhecidas do direito internacional e decisões multilaterais, para lidar com os desafios e as oportunidades do mundo atual. A representação ampliada de países emergentes e em desenvolvimento nas instituições de governança global aumentará a sua eficácia na consecução desse objetivo.

5. Estamos preocupados com a atual situação econômica internacional. Enquanto os BRICS se recuperaram da crise internacional de modo relativamente rápido, as perspectivas de crescimento em todo o mundo têm sido afetadas pela instabilidade dos mercados, especialmente na zona do euro. A acumulação de dívidas soberanas e preocupações quanto ao ajuste fiscal de médio e longo prazos em economias avançadas estão criando um ambiente de incertezas quanto ao crescimento global. Ademais, a excessiva liquidez decorrente de agressivas políticas adotadas por bancos centrais para estabilizar suas economias têm se espalhado para as economias emergentes, provocando excessiva volatilidade nos fluxos de capital e nos preços de commodities. A prioridade imediata é restaurar a confiança dos mercados e retomar o crescimento econômico. Trabalharemos com a comunidade internacional para assegurar a coordenação ampla de políticas com vistas a manter estabilidade macroeconômica visando à recuperação saudável da economia.

6. Nós acreditamos ser crucial para as economias avançadas adotar políticas macroeconômicas e fiscais responsáveis, que evitem acumulação excessiva de liquidez internacional e que empreendam reformas estruturais para estimular o crescimento que gera empregos. Chamamos a atenção para o risco de volumosos e voláteis fluxos transfronteiriços de capital que enfrentam economias emergentes. Instamos por mais ampla reforma com maior supervisão financeira internacional, com o fortalecimento de políticas de coordenação e regulação e de cooperação, bem como a promoção de sólidos desenvolvimentos dos mercados financeiros globais e sistemas bancários.

7. Nesse contexto, acreditamos que o papel central do G-20 como principal foro para a cooperação econômica internacional é de facilitar a ampla coordenação de

políticas macroeconômicas, de forma a permitir a recuperação econômica internacional e assegurar a estabilidade financeira, inclusive por intermédio de uma arquitetura monetária e financeira internacional mais aperfeiçoada. Aproximamos da próxima Cúpula do G-20 no México com o compromisso de trabalhar juntamente com a Presidência do Grupo, com todos os seus membros e com a comunidade internacional para alcançar resultados positivos e consistentes com o arcabouço de políticas nacionais, para assegurar o crescimento forte, sustentável e equilibrado.

8. Reconhecemos a importância da arquitetura financeira global para a manutenção da estabilidade e da integridade do sistema monetário e financeiro internacional. Em consequência, demandamos uma arquitetura financeira mais representativa, com a ampliação da voz e da representação de países em desenvolvimento e o estabelecimento de um sistema monetário internacional justo e aprimorado, que possa atender o interesse de todos os países e apoiar o desenvolvimento de economias emergentes e em desenvolvimento. Essas economias têm apresentado um expressivo crescimento, contribuindo de forma significativa para a recuperação da economia global.

9. Preocupa-nos, contudo, o ritmo lento das reformas das cotas e da governança do FMI. Torna-se urgente a necessidade de implementar, antes da Reunião Anual do FMI/Banco Mundial de 2012, a Reforma de Governança e de Cota acordada em 2010, assim como uma revisão abrangente da fórmula de cota de forma a melhor refletir os pesos econômicos e ampliar a voz e a representação dos mercados emergentes e países em desenvolvimento até janeiro de 2013, seguida de finalização da próxima revisão geral de cotas até janeiro de 2014. Esse processo

dinâmico de reforma é necessário para assegurar a legitimidade e eficácia do Fundo. Enfatizamos que os esforços em andamento para aumentar a capacidade de empréstimo do FMI somente serão exitosos se houver confiança de que todos os membros da instituição estão verdadeiramente empenhados em fielmente implementar a Reforma de 2010. Trabalharemos junto com a comunidade internacional para garantir que suficientes recursos poderão ser mobilizados para o FMI em tempo hábil, enquanto o Fundo continua sua transição para aperfeiçoar sua governança e sua legitimidade. Reiteramos nosso apoio a medidas voltadas para a proteção de voz e representatividade dos países mais pobres do FMI.

10. Conclamamos o FMI a tornar sua estrutura de supervisão mais integrada e equilibrada, observando que as propostas do FMI para uma nova decisão integrada sobre supervisão sejam consideradas antes da reunião do FMI em abril.

11. No presente ambiente econômico internacional, nós reconhecemos que há uma necessidade premente de se ampliar a disponibilidade de recursos para financiamento do desenvolvimento de economias emergentes e em desenvolvimento. Conclamamos, portanto, o Banco Mundial a atribuir crescente prioridade à mobilização de recursos e ao atendimento das necessidades de financiamento ao desenvolvimento, bem como à redução de custos de empréstimos e à adoção de mecanismos inovadores de empréstimo.

12. Acolhemos positivamente as candidaturas do mundo em desenvolvimento para o cargo de Presidente do Banco Mundial. Reiteramos que as Direções do FMI e do Banco Mundial devem ser escolhidas com base em um processo aberto e baseado

no mérito. Adicionalmente, a nova liderança do Banco Mundial deve se comprometer a transformar o Banco em uma instituição multilateral que verdadeiramente reflita a visão de todos seus membros, incluindo a estrutura da governança de forma a refletir a atual realidade política e econômica. Ademais, a natureza do Banco deve evoluir de uma instituição que atua essencialmente como intermediária da cooperação Norte-Sul para uma instituição que promova parcerias igualitárias com todos os países, de forma a incorporar a temática do desenvolvimento e superar a ultrapassada dicotomia entre doadores-receptores.

13. Consideramos a possibilidade de estabelecimento de um novo Banco de Desenvolvimento voltado para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável em países do BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, com vistas a suplementar os esforços correntes de instituições financeiras multilaterais e regionais de promoção do crescimento e do desenvolvimento internacionais. Instruímos nossos Ministros de Finanças a examinar a viabilidade e possibilidade de implementação dessa iniciativa e a estabelecer um grupo de trabalho conjunto para realizar os estudos necessários e reportá-los na próxima Cúpula.

14. O Brasil, a Índia, a China e a África do Sul aguardam com expectativa a Presidência russa do G-20 em 2013 e oferecem sua cooperação.

15. O Brasil, a Índia, a China e a África do Sul congratulam a Federação da Rússia por sua acessão à OMC. Esse fato torna a OMC mais representativa e fortalece o sistema multilateral de comércio baseado em regras. Nós nos comprometemos a

trabalhar juntos para proteger esse sistema, e conclamamos outros países a resistir a todas as formas de protecionismo comercial e restrições disfarçadas ao comércio.

16. Continuaremos nossos esforços para uma conclusão bem sucedida da Rodada Doha, com base no progresso já alcançado e mantendo seu mandato original. Para tanto, exploraremos resultados em áreas específicas onde progressos sejam possíveis, preservando, ao mesmo tempo, a centralidade do desenvolvimento e mantendo o arcabouço geral do empreendimento único (“single undertaking”). Não apoiamos iniciativas plurilaterais contrárias aos princípios fundamentais da transparência, da inclusão e do multilateralismo. Acreditamos que tais iniciativas não apenas desviam os membros da busca de um resultado coletivo, mas também deixam de resolver o déficit de desenvolvimento herdado de rodadas anteriores. Uma vez concluído o processo de ratificação, a Rússia tenciona participar de forma ativa e construtiva da Rodada Doha visando um resultado equilibrado da Rodada que auxiliará no fortalecimento e desenvolvimento do sistema multilateral de comércio.

17. Considerando que a UNCTAD é o ponto focal do sistema das Nações Unidas para o tratamento dos temas de comércio e desenvolvimento, tencionamos investir no aprimoramento de suas atividades tradicionais de construção de consensos, cooperação técnica e pesquisa em temas de desenvolvimento econômico e comércio. Reiteramos nosso desejo de contribuir ativamente para o sucesso da UNCTAD XIII, em abril de 2012.

18. Concordamos em mobilizar nossas sinergias e em trabalhar juntos para intensificar os fluxos de comércio e investimento entre nossos países, de modo a fazer avançar nossos respectivos objetivos de desenvolvimento industrial e de geração de emprego. Acolhemos positivamente os resultados da segunda reunião de Ministros do Comércio dos países do BRICS realizada em Nova Delhi, em 28 de março de 2012. Apoiamos a realização de consultas regulares entre nossos Ministros de Comércio e examinamos a adoção de medidas adequadas para facilitar a progressiva consolidação de nossos laços comerciais e econômicos. Também com satisfação, acolhemos a conclusão, entre nossos bancos de desenvolvimento/eximbanks, do Acordo-Quadro para Extensão de Facilitação de Crédito em Moeda Local no âmbito do Mecanismo Interbancário de Cooperação do BRICS e do Acordo para Facilitação de Confirmação de Cartas Multilaterais de Crédito. Estamos certos de que esses acordos servirão como instrumentos úteis para estimular o comércio intra-BRICS nos próximos anos.

19. Reconhecemos a importância vital que a estabilidade, a paz e a segurança do Oriente Médio e do Norte da África têm para todos nós, para a comunidade internacional e, acima de tudo, para esses próprios países e seus cidadãos, cujas vidas têm sido afetadas pela turbulência que eclodiu na região. Desejamos ver esses países vivendo em paz, recuperando a estabilidade e prosperidade, como respeitáveis membros da comunidade internacional.

20. Concordamos que esse período de transformação em curso no Oriente Médio e no Norte da África não deve ser usado como pretexto para o adiamento de resoluções de conflitos duradouros, mas sim que sirva como incentivo para solucioná-los, em particular o conflito árabe-israelense. A resolução desse e de

outros temas regionais de longa duração melhoria, de forma geral, a situação no Oriente Médio e no Norte da África. Assim, reiteramos nosso compromisso de uma solução abrangente, justa e duradoura para o conflito árabe-israelense que esteja baseada no arcabouço legal internacionalmente reconhecido, incluindo as resoluções relevantes das Nações Unidas, os princípios de Madri e a Iniciativa Árabe para a Paz. Encorajamos o Quarteto a intensificar seus esforços, e requeremos maior envolvimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas na busca da resolução desse conflito. Também sublinhamos a importância de negociações diretas entre as partes para se alcançar soluções definitivas. Conclamamos palestinos e israelenses a adotar medidas construtivas, restabelecer a confiança mútua e criar as condições favoráveis à retomada das negociações, evitando medidas unilaterais, em particular atividades de assentamento nos Territórios Palestinos Ocupados.

21. Manifestamos nossa profunda preocupação com a atual situação na Síria e apelamos pelo fim imediato de toda violência e violações de direitos humanos naquele país. O interesse de todos seria mais bem atendido mediante o tratamento da crise por meios pacíficos que encorajem amplos diálogos nacionais refletindo as legítimas aspirações de todos os setores da sociedade síria e o respeito à independência, à integridade territorial e à soberania da Síria. Nosso objetivo é facilitar um processo político inclusivo conduzido pelos sírios, e acolhemos positivamente os esforços das Nações Unidas e da Liga Árabe nesse sentido. Incentivamos o governo sírio e todos os setores da sociedade síria a demonstrar disposição política para iniciar tal processo, o único capaz de criar um novo ambiente para a paz. Acolhemos positivamente a nomeação do Sr Kofi Annan como Enviado Especial para a crise da Síria, bem como o progresso em curso na busca de uma solução política para a crise.

22. A situação relativa ao Irã não pode permitir escalada rumo ao conflito, com consequências desastrosas que não interessam a ninguém. O Irã tem um papel crucial a desempenhar no desenvolvimento pacífico e na prosperidade de sua região, de grande relevância política e econômica, e esperamos que faça sua parte como membro responsável da comunidade internacional. Preocupa-nos a situação que envolve a questão nuclear iraniana. Reconhecemos o direito do Irã ao uso pacífico da energia nuclear, consistente com suas obrigações internacionais, e apoiamos a resolução das questões envolvidas mediante diálogo e meios políticos e diplomáticos entre as partes, inclusive entre a AIEA e o Irã, e de acordo com as resoluções relevantes do Conselho de Segurança.

23. O Afeganistão necessita de tempo, assistência ao desenvolvimento e cooperação, acesso preferencial a mercados internacionais, investimentos estrangeiros e clara estratégia nacional com vistas à obtenção da paz duradoura e estabilidade. Apoiamos o compromisso da comunidade internacional com o Afeganistão, anunciado na Conferência Internacional de Bonn, em dezembro de 2011, no sentido de manter o engajamento durante a década de transformação de 2015 a 2024. Afirmamos nosso compromisso em apoiar a emergência do Afeganistão como um Estado pacífico, estável e democrático, livre do terrorismo e do extremismo, e sublinhamos a necessidade de cooperação regional e internacional mais eficaz para a estabilização do Afeganistão, inclusive no que diz respeito ao combate ao terrorismo.

24. Estendemos nosso apoio aos esforços no sentido de combater o tráfico ilícito de ópio originário do Afeganistão no âmbito do Pacto de Paris.

25. Reiteramos não existir justificativa de qualquer ordem para atos de terrorismo em todas formas de manifestação. Reafirmamos nossa determinação de reforçar a cooperação no enfrentamento dessa ameaça, e acreditamos que as Nações Unidas desempenham papel central na coordenação de ações internacionais contra o terrorismo, no marco da Carta das Nações Unidas e em consonância com os princípios e normas do direito internacional. Sublinhamos a necessidade de uma próxima conclusão do projeto da Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, e sua adoção por todos os estados-membros de forma a propiciar uma abrangente estrutura legal para enfrentar esse flagelo internacional.

26. Manifestamos nosso forte compromisso com a diplomacia multilateral, com a Organização das Nações Unidas desempenhando papel central no trato dos desafios e ameaças globais. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, para assegurar maior eficácia, eficiência e representativa, de modo a que possa melhor enfrentar os desafios globais da atualidade. China e Rússia reiteram a importância que atribuem a Brasil, Índia e África do Sul nos assuntos internacionais e apóiam sua aspiração de desempenhar papel mais protagônico nas Nações Unidas.

27. Recordamos nossa coordenação no Conselho de Segurança durante o ano de 2011 e sublinhamos nosso compromisso de atuar conjuntamente nas Nações Unidas, de continuar nossa cooperação e de reforçar o tratamento multilateral de temas relativos à paz e à segurança internacionais nos próximos anos.

28. A aceleração do crescimento e desenvolvimento sustentável, em conjunto com segurança alimentar e energética, encontram-se entre os desafios mais importantes da atualidade e são centrais para o tratamento do desenvolvimento econômico, erradicação da pobreza, combate à fome e desnutrição em muitos países em desenvolvimento. Faz-se premente a criação de empregos necessários à melhoria dos níveis de vida. O desenvolvimento sustentável é também um elemento-chave de nossa agenda para a recuperação global e investimentos para estimular o crescimento futuro. Temos essa responsabilidade para com nossas futuras gerações.

29. Congratulamos a África do Sul pelo êxito como sede da 17^a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e da 7^a Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto (COP17/CMP17), em dezembro de 2011. Acolhemos positivamente os significativos resultados da Conferência e estamos dispostos a trabalhar com a comunidade internacional para a implementação dessas decisões, de acordo com os princípios de equidade e responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades.

30. Estamos inteiramente comprometidos a fazer nossa parte na luta internacional para enfrentamento das questões de mudança do clima e contribuiremos para os esforços internacionais no tratamento da temática de mudança do clima por meio de crescimento sustentável e inclusivo e não limitativo ao desenvolvimento. Sublinhamos que os países desenvolvidos que são Parte da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima devem prover ampliado apoio financeiro,

tecnológico e capacitação para a preparação e implementação, por parte dos países em desenvolvimento, de ações nacionalmente apropriadas de mitigação.

31. Estamos certos de que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) oferece oportunidade única para que a comunidade internacional renove seu compromisso político de alto-nível de apoiar a ampla estrutura de desenvolvimento sustentável, abrangendo crescimento e desenvolvimento econômico sustentável, progresso social e proteção ambiental, de acordo com os princípios e provisões da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, incluindo o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas, a Agenda 21 e o Plano de Implementação de Joannesburgo.

32. Consideramos que o desenvolvimento sustentável deve ser o principal paradigma em questões ambientais, assim como para estratégias econômicas e sociais. Reconhecemos a relevância e foco dos principais temas da Conferência, especialmente a Economia Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza assim como a Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável.

33. A China, a Rússia, a Índia e a África do Sul esperam trabalhar com o Brasil, sede dessa importante Conferência, em junho, para um resultado exitoso e prático do encontro. O Brasil, a Rússia, a China e a África do Sul também empenham seu apoio à Índia, que sediará a 11ª reunião da Conferência entre as Partes para a Convenção sobre Diversidade Biológica, em outubro de 2012, e esperam um resultado positivo. Continuaremos nossos esforços para a implementação da

Convenção e seus Protocolos, com especial atenção ao Protocolo de Nagóia sobre o Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa de Benefícios Derivados de sua Utilização, ao Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e à Estratégia para a Mobilização de Recursos.

34. Afirmamos que o conceito de “economia verde”, ainda a ser definido na Rio+20, deve ser entendido no contexto mais abrangente de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, como um meio para se alcançar essas prioridades de maior hierarquia e não um fim em si mesmo. Deve-se dar às autoridades nacionais flexibilidade e espaço político para que façam suas próprias escolhas com amplo leque de opções, e definam caminhos rumo ao desenvolvimento sustentável, baseado no estágio de desenvolvimento do país, estratégias nacionais, circunstâncias e prioridades. Resistimos a introdução de barreiras de comércio e investimento, independentemente de seu formato, vinculada ao desenvolvimento da economia verde.

35. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) permanecem um marco fundamental na agenda de desenvolvimento. De forma a capacitar os países em desenvolvimento a obter os máximos resultados no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no prazo acordado de 2015, devemos assegurar que o crescimento desses países não será afetado. Qualquer desaceleração aportará sérias consequências para a economia mundial. Alcançar os ODMs é fundamental para assegurar o crescimento inclusivo, equitativo e sustentável, e requererá continuado foco nesses objetivos mesmo depois de 2015, requerendo ampliados esforços de financiamento.

36. Atribuimos a mais alta importância ao crescimento econômico que apóie o desenvolvimento e a estabilidade na África, dado que muitos desses países ainda não realizaram completamente seu potencial econômico. Levaremos adiante nossa cooperação em apoio aos esforços de aceleração da diversificação e modernização de suas economias. Isso se fará por meio do desenvolvimento de infra-estrutura, intercâmbio de conhecimento e apoio à ampliação do acesso à tecnologia, aumento da capacitação com investimento em capital humano, inclusive no contexto da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

37. Expressamos nosso compromisso com o alívio da crise humanitária que ainda afeta milhões de pessoas no Chifre da África e apoiamos os esforços internacionais nesse sentido.

38. A excessiva volatilidade nos preços dos produtos de base, particularmente de alimentos e energia, coloca riscos adicionais para a recuperação da economia mundial. A regulamentação aprimorada dos mercados derivados de produtos de base é essencial para evitar impactos desestabilizadores sobre o suprimento de alimentos e energia. Consideramos que a capacidade ampliada de produção de energia e o fortalecimento do diálogo produtor-consumidor são importantes iniciativas que contribuirão para diminuir essa volatilidade de preços.

39. A energia baseada em combustíveis fósseis continuará a dominar as matrizes energéticas em futuro previsível. Expandiremos as fontes de energia limpa e renovável e o uso de tecnologias alternativas eficientes para atender a demanda crescente de nossas economias e nossos povos, e também para responder às

preocupações relativas ao clima. Nesse contexto, enfatizamos que a cooperação internacional no desenvolvimento de energia nuclear segura para fins pacíficos deve continuar sob condições de estreita observância dos padrões relevantes de segurança e requisitos relativos a desenho, construção e operação de plantas de energia nuclear. Sublinhamos o papel essencial da AIEA nos esforços conjuntos da comunidade internacional no sentido de ampliar os padrões de segurança nuclear, com o objetivo de aumentar a confiança pública na energia nuclear como uma fonte de energia limpa, economicamente acessível e segura, vital para atender à demanda mundial de energia.

40. Tomamos nota dos substantivos esforços realizados para aprofundar a cooperação intra-BRICS em inúmeros setores. Estamos convencidos de que há um grande estoque de conhecimento, know-how, capacidades e “boas práticas” disponível em nossos países que podemos compartilhar e a partir do qual podemos construir uma significativa cooperação para o benefício de nossos povos. Com esse objetivo, endossamos o Plano de Ação para o próximo ano.

41. Apreciamos os resultados do Segundo Encontro dos Ministros de Agricultura e de Desenvolvimento Agrário do BRICS, realizado em Chengdu, China, em outubro de 2011. Instruímos nossos Ministros a levar esse processo adiante com foco particular no potencial de cooperação entre os BRICS para contribuir efetivamente para a segurança alimentar e a nutrição mundiais por meio da produção agrícola aprimorada e da produtividade, transparência em mercados, reduzindo a excessiva volatilidade nos preços dos produtos de base, de forma a elevar a qualidade de vida dos povos, particularmente do mundo em desenvolvimento.

42. A maioria dos países do BRICS faz face a numerosos desafios similares no campo da saúde pública, incluindo o acesso universal aos serviços de saúde, o acesso a tecnologias de saúde, inclusive medicamentos, os custos crescentes e o aumento nos gastos com doenças transmissíveis e não transmissíveis. Recomendamos que os encontros de Ministros de Saúde do BRICS, cujo primeiro realizou-se em Pequim, em julho de 2011, sejam de agora em diante institucionalizados de forma a enfrentar esses desafios comuns da maneira mais eficaz em termos de custos, mais equitativa e sustentável.

43. Tomamos nota do encontro de Altos Funcionários em Ciência e Tecnologia em Dalian, China, em setembro de 2011, e, em particular, da crescente capacidade de pesquisa e desenvolvimento e inovação em nossos países. Incentivamos esse processo tanto em áreas prioritárias como alimentos, produtos farmacêuticos, saúde e energia, quanto em pesquisa básica nos campos inter-disciplinares emergentes de nanotecnologia, biotecnologia, ciência de materiais avançados etc. Incentivamos o fluxo de conhecimentos entre nossas instituições por meio de projetos conjuntos, seminários e intercâmbio de jovens cientistas.

44. Os desafios da rápida urbanização, enfrentados por todas as sociedades em desenvolvimento, inclusive as nossas próprias, são de natureza multidimensional e cobrem uma diversidade de temas interligados. Instruímos nossas respectivas autoridades a coordenar esforços e aprender com as “melhores práticas” e tecnologias disponíveis, de modo a trazer benefícios para nossas sociedades. Constatamos, com satisfação, a realização do primeiro encontro de Cidades Irmãs no âmbito do BRICS, em Sanya, em dezembro de 2011, e levaremos adiante esse processo com a realização de um Fórum de Urbanização e Infraestrutura Urbana

conjuntamente com a realização do Segundo Encontro de Cidades Irmãs no âmbito do BRICS e do Fórum de Cooperação de Governos Locais.

45. Dadas nossas crescentes necessidades de fontes de energia renovável e de energia eficiente e de tecnologias favoráveis ao meio ambiente, assim como nossas potencialidades complementares nessas áreas, concordamos em intercambiar conhecimento, know-how, tecnologia e “melhores práticas” nesses setores.

46. Temos satisfação em lançar o primeiro Relatório do BRICS, coordenado pela Índia, com foco especial nas sinergias e complementaridades de nossas economias. Acolhemos com satisfação os resultados da cooperação entre os Institutos Nacionais de Estatística do BRICS e tomamos nota que a edição atualizada da Publicação Estatística do BRICS, lançada hoje, serve como uma útil referência sobre os países do BRICS.

47. Expressamos nossa satisfação com a realização do III Fórum Empresarial do BRICS e do II Fórum Financeiro e reconhecemos seu papel para estimular relações comerciais entre nossos países. Nesse contexto, acolhemos com satisfação o estabelecimento da “BRICS Exchange Alliance”, uma iniciativa de bolsas de valores relacionadas com o BRICS.

48. Incentivamos os canais de comunicação, troca e contatos diretos entre as pessoas, inclusive nas áreas de juventude, educação, cultura, turismo e esporte.

49. O Brasil, a Rússia, a China e a África do Sul estendem seu caloroso apreço e seus sinceros agradecimentos ao Governo e ao povo da Índia por sediar a IV Cúpula do BRICS em Nova Delhi.

50. O Brasil, a Rússia, a Índia e a China agradecem a África do Sul pelo oferecimento de sediar a V Cúpula do BRICS em 2013 e oferecem seu pleno apoio.

Plano de Ação de Nova Delhi

1- Encontros de Ministros de Relações Exteriores à margem da AGNU.

2 - Encontros de Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais à margem das reuniões do G20/outras reuniões multilaterais (FMI/BIRD).

3 – Encontros de autoridades financeiras e fiscais à margem de eventos multilaterais ou, quando requeridos, encontros específicos.

4 – Encontros de Ministros de Comércio à margem de eventos multilaterais, ou, quando requeridos, encontros específicos.

5- Terceiro Encontro de Ministros de Agricultura do BRICS, precedido de reunião preparatória de especialistas em produtos agrícolas e segurança alimentar e do segundo encontro do Grupo de Trabalho de Especialistas em Agricultura.

6 – Encontro de Altos Representantes responsáveis por segurança nacional.

7 – Segundo Encontro do BRICS de Altos Funcionários em C&T.

8 – Primeiro Encontro do Fórum de Urbanização do BRICS e o segundo encontro de Cidades Irmãs no âmbito do BRICS e o Fórum de Cooperação de Governos Locais em 2012 na Índia.

9 – Segundo Encontro dos Ministros de Saúde do BRICS.

10 – Encontro intermediário de Sub-Sherpas e Sherpas.

11 - Encontro intermediário do GCTEC (Grupo de Contato para Temas Econômicos e Comerciais).

12 – Terceiro Encontro de Autoridades de Concorrência do BRICS em 2013.

13 – Encontro de Especialistas sobre o novo Banco de Desenvolvimento.

14 – Encontro de autoridades financeiras para acompanhamento dos resultados do Relatório do BRICS.

15 – Consultas entre as Missões Permanentes dos países do BRICS em Nova York, Viena e Genebra, quando requeridas.

16 – Encontros de consultas entre Altos Funcionários do BRICS à margem dos foros internacionais relevantes relacionados a meio ambiente e mudança do clima, quando requeridos.

17 – Novas áreas de cooperação a serem exploradas:

(i) Cooperação multilateral em energia no âmbito do BRICS.

(ii) Avaliação acadêmica geral sobre a futura estratégia de longo termo para o BRICS.

(iii) Diálogo do BRICS sobre Políticas para a Juventude.

(iv) Cooperação sobre temas relacionados à População.

Fourth BRICS Summit - New Delhi: 29 March 2012

BRICS Partnership for Global Stability, Security and Prosperity

Delhi Declaration

1. We, the leaders of the Federative Republic of Brazil, the Russian Federation, the Republic of India, the People's Republic of China and the Republic of South Africa, met in New Delhi, India, on 29 March 2012 at the Fourth BRICS Summit. Our discussions, under the overarching theme, "BRICS Partnership for Global Stability, Security and Prosperity", were conducted in an atmosphere of cordiality and warmth and inspired by a shared desire to further strengthen our partnership for common development and take our cooperation forward on the basis of openness, solidarity, mutual understanding and trust.

2. We met against the backdrop of developments and changes of contemporary global and regional importance - a faltering global recovery made more complex by the situation in the euro zone; concerns of sustainable development and climate change which take on greater relevance as we approach the UN Conference on Sustainable Development (Rio+20) and the Conference of Parties to the Convention on Biological Diversity being hosted in Brazil and India respectively later this year; the upcoming G20 Summit in Mexico and the recent 8th WTO

Ministerial Conference in Geneva; and the developing political scenario in the Middle East and North Africa that we view with increasing concern. Our deliberations today reflected our consensus to remain engaged with the world community as we address these challenges to global well-being and stability in a responsible and constructive manner.

3. BRICS is a platform for dialogue and cooperation amongst countries that represent 43% of the world's population, for the promotion of peace, security and development in a multi-polar, inter-dependent and increasingly complex, globalizing world. Coming, as we do, from Asia, Africa, Europe and Latin America, the transcontinental dimension of our interaction adds to its value and significance.

4. We envision a future marked by global peace, economic and social progress and enlightened scientific temper. We stand ready to work with others, developed and developing countries together, on the basis of universally recognized norms of international law and multilateral decision making, to deal with the challenges and the opportunities before the world today. Strengthened representation of emerging and developing countries in the institutions of global governance will enhance their effectiveness in achieving this objective.

5. We are concerned over the current global economic situation. While the BRICS recovered relatively quickly from the global crisis, growth prospects worldwide have again got dampened by market instability especially in the euro zone. The build-up of sovereign debt and concerns over medium to long-term fiscal adjustment in advanced countries are creating an uncertain environment for global

growth. Further, excessive liquidity from the aggressive policy actions taken by central banks to stabilize their domestic economies have been spilling over into emerging market economies, fostering excessive volatility in capital flows and commodity prices. The immediate priority at hand is to restore market confidence and get global growth back on track. We will work with the international community to ensure international policy coordination to maintain macroeconomic stability conducive to the healthy recovery of the global economy.

6. We believe that it is critical for advanced economies to adopt responsible macroeconomic and financial policies, avoid creating excessive global liquidity and undertake structural reforms to lift growth that create jobs. We draw attention to the risks of large and volatile cross-border capital flows being faced by the emerging economies. We call for further international financial regulatory oversight and reform, strengthening policy coordination and financial regulation and supervision cooperation, and promoting the sound development of global financial markets and banking systems.

7. In this context, we believe that the primary role of the G20 as premier forum for international economic cooperation at this juncture is to facilitate enhanced macroeconomic policy coordination, to enable global economic recovery and secure financial stability, including through an improved international monetary and financial architecture. We approach the next G20 Summit in Mexico with a commitment to work with the Presidency, all members and the international community to achieve positive results, consistent with national policy frameworks, to ensure strong, sustainable and balanced growth.

8. We recognize the importance of the global financial architecture in maintaining the stability and integrity of the global monetary and financial system. We therefore call for a more representative international financial architecture, with an increase in the voice and representation of developing countries and the establishment and improvement of a just international monetary system that can serve the interests of all countries and support the development of emerging and developing economies. Moreover, these economies having experienced broad-based growth are now significant contributors to global recovery.

9. We are however concerned at the slow pace of quota and governance reforms in the IMF. We see an urgent need to implement, as agreed, the 2010 Governance and Quota Reform before the 2012 IMF/World Bank Annual Meeting, as well as the comprehensive review of the quota formula to better reflect economic weights and enhance the voice and representation of emerging market and developing countries by January 2013, followed by the completion of the next general quota review by January 2014. This dynamic process of reform is necessary to ensure the legitimacy and effectiveness of the Fund. We stress that the ongoing effort to increase the lending capacity of the IMF will only be successful if there is confidence that the entire membership of the institution is truly committed to implement the 2010 Reform faithfully. We will work with the international community to ensure that sufficient resources can be mobilized to the IMF in a timely manner as the Fund continues its transition to improve governance and legitimacy. We reiterate our support for measures to protect the voice and representation of the IMF's poorest members.

10. We call upon the IMF to make its surveillance framework more integrated and even-handed, noting that IMF proposals for a new integrated decision on surveillance would be considered before the IMF Spring Meeting.

11. In the current global economic environment, we recognise that there is a pressing need for enhancing the flow of development finance to emerging and developing countries. We therefore call upon the World Bank to give greater priority to mobilising resources and meeting the needs of development finance while reducing lending costs and adopting innovative lending tools.

12. We welcome the candidatures from developing world for the position of the President of the World Bank. We reiterate that the Heads of IMF and World Bank be selected through an open and merit-based process. Furthermore, the new World Bank leadership must commit to transform the Bank into a multilateral institution that truly reflects the vision of all its members, including the governance structure that reflects current economic and political reality. Moreover, the nature of the Bank must shift from an institution that essentially mediates North-South cooperation to an institution that promotes equal partnership with all countries as a way to deal with development issues and to overcome an outdated donor-recipient dichotomy.

13. We have considered the possibility of setting up a new Development Bank for mobilizing resources for infrastructure and sustainable development projects in BRICS and other emerging economies and developing countries, to supplement the existing efforts of multilateral and regional financial institutions for global growth

and development. We direct our Finance Ministers to examine the feasibility and viability of such an initiative, set up a joint working group for further study, and report back to us by the next Summit.

14. Brazil, India, China and South Africa look forward to the Russian Presidency of G20 in 2013 and extend their cooperation.

15. Brazil, India, China and South Africa congratulate the Russian Federation on its accession to the WTO. This makes the WTO more representative and strengthens the rule-based multilateral trading system. We commit to working together to safeguard this system and urge other countries to resist all forms of trade protectionism and disguised restrictions on trade.

16. We will continue our efforts for the successful conclusion of the Doha Round, based on the progress made and in keeping with its mandate. Towards this end, we will explore outcomes in specific areas where progress is possible while preserving the centrality of development and within the overall framework of the single undertaking. We do not support plurilateral initiatives that go against the fundamental principles of transparency, inclusiveness and multilateralism. We believe that such initiatives not only distract members from striving for a collective outcome but also fail to address the development deficit inherited from previous negotiating rounds. Once the ratification process is completed, Russia intends to participate in an active and constructive manner for a balanced outcome of the Doha Round that will help strengthen and develop the multilateral trade system.

17. Considering UNCTAD to be the focal point in the UN system for the treatment of trade and development issues, we intend to invest in improving its traditional activities of consensus-building, technical cooperation and research on issues of economic development and trade. We reiterate our willingness to actively contribute to the achievement of a successful UNCTAD XIII, in April 2012.

18. We agree to build upon our synergies and to work together to intensify trade and investment flows among our countries to advance our respective industrial development and employment objectives. We welcome the outcomes of the second Meeting of BRICS Trade Ministers held in New Delhi on 28 March 2012. We support the regular consultations amongst our Trade Ministers and consider taking suitable measures to facilitate further consolidation of our trade and economic ties. We welcome the conclusion of the Master Agreement on Extending Credit Facility in Local Currency under BRICS Interbank Cooperation Mechanism and the Multilateral Letter of Credit Confirmation Facility Agreement between our EXIM/Development Banks. We believe that these Agreements will serve as useful enabling instruments for enhancing intra-BRICS trade in coming years.

19. We recognize the vital importance that stability, peace and security of the Middle East and North Africa holds for all of us, for the international community, and above all for the countries and their citizens themselves whose lives have been affected by the turbulence that has erupted in the region. We wish to see these countries living in peace and regain stability and prosperity as respected members of the global community.

20. We agree that the period of transformation taking place in the Middle East and North Africa should not be used as a pretext to delay resolution of lasting conflicts but rather it should serve as an incentive to settle them, in particular the Arab-Israeli conflict. Resolution of this and other long-standing regional issues would generally improve the situation in the Middle East and North Africa. Thus we confirm our commitment to achieving comprehensive, just and lasting settlement of the Arab-Israeli conflict on the basis of the universally recognized international legal framework including the relevant UN resolutions, the Madrid principles and the Arab Peace Initiative. We encourage the Quartet to intensify its efforts and call for greater involvement of the UN Security Council in search for a resolution of the Israeli-Palestinian conflict. We also underscore the importance of direct negotiations between the parties to reach final settlement. We call upon Palestinians and Israelis to take constructive measures, rebuild mutual trust and create the right conditions for restarting negotiations, while avoiding unilateral steps, in particular settlement activity in the Occupied Palestinian Territories.

21. We express our deep concern at the current situation in Syria and call for an immediate end to all violence and violations of human rights in that country. Global interests would best be served by dealing with the crisis through peaceful means that encourage broad national dialogues that reflect the legitimate aspirations of all sections of Syrian society and respect Syrian independence, territorial integrity and sovereignty. Our objective is to facilitate a Syrian-led inclusive political process, and we welcome the joint efforts of the United Nations and the Arab League to this end. We encourage the Syrian government and all sections of Syrian society to demonstrate the political will to initiate such a process, which alone can create a new environment for peace. We welcome the appointment of

Mr. Kofi Anan as the Joint Special Envoy on the Syrian crisis and the progress made so far, and support him in continuing to play a constructive role in bringing about the political resolution of the crisis.

22. The situation concerning Iran cannot be allowed to escalate into conflict, the disastrous consequences of which will be in no one's interest. Iran has a crucial role to play for the peaceful development and prosperity of a region of high political and economic relevance, and we look to it to play its part as a responsible member of the global community. We are concerned about the situation that is emerging around Iran's nuclear issue. We recognize Iran's right to peaceful uses of nuclear energy consistent with its international obligations, and support resolution of the issues involved through political and diplomatic means and dialogue between the parties concerned, including between the IAEA and Iran and in accordance with the provisions of the relevant UN Security Council Resolutions.

23. Afghanistan needs time, development assistance and cooperation, preferential access to world markets, foreign investment and a clear end-state strategy to attain lasting peace and stability. We support the global community's commitment to Afghanistan, enunciated at the Bonn International Conference in December 2011, to remain engaged over the transformation decade from 2015-2024. We affirm our commitment to support Afghanistan's emergence as a peaceful, stable and democratic state, free of terrorism and extremism, and underscore the need for more effective regional and international cooperation for the stabilisation of Afghanistan, including by combating terrorism.

24. We extend support to the efforts aimed at combating illicit traffic in opiates originating in Afghanistan within the framework of the Paris Pact.

25. We reiterate that there can be no justification, whatsoever, for any act of terrorism in any form or manifestation. We reaffirm our determination to strengthen cooperation in countering this menace and believe that the United Nations has a central role in coordinating international action against terrorism, within the framework of the UN Charter and in accordance with principles and norms of international law. We emphasize the need for an early finalization of the draft of the Comprehensive Convention on International Terrorism in the UN General Assembly and its adoption by all Member States to provide a comprehensive legal framework to address this global scourge.

26. We express our strong commitment to multilateral diplomacy with the United Nations playing a central role in dealing with global challenges and threats. In this regard, we reaffirm the need for a comprehensive reform of the UN, including its Security Council, with a view to making it more effective, efficient and representative so that it can deal with today's global challenges more successfully. China and Russia reiterate the importance they attach to the status of Brazil, India and South Africa in international affairs and support their aspiration to play a greater role in the UN.

27. We recall our close coordination in the Security Council during the year 2011, and underscore our commitment to work together in the UN to continue our

cooperation and strengthen multilateral approaches on issues pertaining to global peace and security in the years to come.

28. Accelerating growth and sustainable development, along with food, and energy security, are amongst the most important challenges facing the world today, and central to addressing economic development, eradicating poverty, combating hunger and malnutrition in many developing countries. Creating jobs needed to improve people's living standards worldwide is critical. Sustainable development is also a key element of our agenda for global recovery and investment for future growth. We owe this responsibility to our future generations.

29. We congratulate South Africa on the successful hosting of the 17th Conference of Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change and the 7th Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Kyoto Protocol (COP17/CMP7) in December 2011. We welcome the significant outcomes of the Conference and are ready to work with the international community to implement its decisions in accordance with the principles of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities.

30. We are fully committed to playing our part in the global fight against climate change and will contribute to the global effort in dealing with climate change issues through sustainable and inclusive growth and not by capping development. We emphasize that developed country Parties to the UNFCCC shall provide enhanced financial, technology and capacity building support for the preparation

and implementation of nationally appropriate mitigation actions of developing countries.

31. We believe that the UN Conference on Sustainable Development (Rio+20) is a unique opportunity for the international community to renew its high-level political commitment to supporting the overarching sustainable development framework encompassing inclusive economic growth and development, social progress and environment protection in accordance with the principles and provisions of the Rio Declaration on Environment and Development, including the principle of common but differentiated responsibilities, Agenda 21 and the Johannesburg Plan of Implementation.

32. We consider that sustainable development should be the main paradigm in environmental issues, as well as for economic and social strategies. We acknowledge the relevance and focus of the main themes for the Conference namely, Green Economy in the context of Sustainable Development and Poverty Eradication (GESDPE) as well as Institutional Framework for Sustainable Development (IFSD).

33. China, Russia, India and South Africa look forward to working with Brazil as the host of this important Conference in June, for a successful and practical outcome. Brazil, Russia, China and South Africa also pledge their support to working with India as it hosts the 11th meeting of the Conference of Parties to the Convention on Biological Diversity in October 2012 and look forward to a positive outcome. We will continue our efforts for the implementation of the Convention and its

Protocols, with special attention to the Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from their Utilization, Biodiversity Strategic Plan 2011-2020 and the Resource Mobilization Strategy.

34. We affirm that the concept of a 'green economy', still to be defined at Rio+20, must be understood in the larger framework of sustainable development and poverty eradication and is a means to achieve these fundamental and overriding priorities, not an end in itself. National authorities must be given the flexibility and policy space to make their own choices out of a broad menu of options and define their paths towards sustainable development based on the country's stage of development, national strategies, circumstances and priorities. We resist the introduction of trade and investment barriers in any form on the grounds of developing green economy.

35. The Millennium Development Goals remain a fundamental milestone in the development agenda. To enable developing countries to obtain maximal results in attaining their Millennium Development Goals by the agreed time-line of 2015, we must ensure that growth in these countries is not affected. Any slowdown would have serious consequences for the world economy. Attainment of the MDGs is fundamental to ensuring inclusive, equitable and sustainable global growth and would require continued focus on these goals even beyond 2015, entailing enhanced financing support.

36. We attach the highest importance to economic growth that supports development and stability in Africa, as many of these countries have not yet realised their full economic potential. We will take our cooperation forward to support their efforts to accelerate the diversification and modernisation of their economies. This will be through infrastructure development, knowledge exchange and support for increased access to technology, enhanced capacity building, and investment in human capital, including within the framework of the New Partnership for Africa's Development (NEPAD).

37. We express our commitment to the alleviation of the humanitarian crisis that still affects millions of people in the Horn of Africa and support international efforts to this end.

38. Excessive volatility in commodity prices, particularly those for food and energy, poses additional risks for the recovery of the world economy. Improved regulation of the derivatives market for commodities is essential to avoid destabilizing impacts on food and energy supplies. We believe that increased energy production capacities and strengthened producer-consumer dialogue are important initiatives that would help in arresting such price volatility.

39. Energy based on fossil fuels will continue to dominate the energy mix for the foreseeable future. We will expand sourcing of clean and renewable energy, and use of energy efficient and alternative technologies, to meet the increasing demand of our economies and our people, and respond to climate concerns as well. In this context, we emphasise that international cooperation in the

development of safe nuclear energy for peaceful purposes should proceed under conditions of strict observance of relevant safety standards and requirements concerning design, construction and operation of nuclear power plants. We stress IAEA's essential role in the joint efforts of the international community towards enhancing nuclear safety standards with a view to increasing public confidence in nuclear energy as a clean, affordable, safe and secure source of energy, vital to meeting global energy demands.

40. We have taken note of the substantive efforts made in taking intra-BRICS cooperation forward in a number of sectors so far. We are convinced that there is a storehouse of knowledge, know-how, capacities and best practices available in our countries that we can share and on which we can build meaningful cooperation for the benefit of our peoples. We have endorsed an Action Plan for the coming year with this objective.

41. We appreciate the outcomes of the Second Meeting of BRICS Ministers of Agriculture and Agrarian Development at Chengdu, China in October 2011. We direct our Ministers to take this process forward with particular focus on the potential of cooperation amongst the BRICS to contribute effectively to global food security and nutrition through improved agriculture production and productivity, transparency in markets and reducing excessive volatility in commodity prices, thereby making a difference in the quality of lives of the people particularly in the developing world.

42. Most of BRICS countries face a number of similar public health challenges, including universal access to health services, access to health technologies, including medicines, increasing costs and the growing burden of both communicable and non-communicable diseases. We direct that the BRICS Health Ministers meetings, of which the first was held in Beijing in July 2011, should henceforth be institutionalized in order to address these common challenges in the most cost-effective, equitable and sustainable manner.

43. We have taken note of the meeting of S&T Senior Officials in Dalian, China in September 2011, and, in particular, the growing capacities for research and development and innovation in our countries. We encourage this process both in priority areas of food, pharma, health and energy as well as basic research in the emerging inter-disciplinary fields of nanotechnology, biotechnology, advanced materials science, etc. We encourage flow of knowledge amongst our research institutions through joint projects, workshops and exchanges of young scientists.

44. The challenges of rapid urbanization, faced by all developing societies including our own, are multi-dimensional in nature covering a diversity of inter-linked issues. We direct our respective authorities to coordinate efforts and learn from best practices and technologies available that can make a meaningful difference to our societies. We note with appreciation the first meeting of BRICS Friendship Cities held in Sanya in December 2011 and will take this process forward with an Urbanization and Urban Infrastructure Forum along with the Second BRICS Friendship Cities and Local Governments Cooperation Forum.

45. Given our growing needs for renewable energy resources as well as on energy efficient and environmentally friendly technologies, and our complementary strengths in these areas, we agree to exchange knowledge, know-how, technology and best practices in these areas.

46. It gives us pleasure to release the first ever BRICS Report, coordinated by India, with its special focus on the synergies and complementarities in our economies. We welcome the outcomes of the cooperation among the National Statistical Institutions of BRICS and take note that the updated edition of the BRICS Statistical Publication, released today, serves as a useful reference on BRICS countries.

47. We express our satisfaction at the convening of the III BRICS Business Forum and the II Financial Forum and acknowledge their role in stimulating trade relations among our countries. In this context, we welcome the setting up of BRICS Exchange Alliance, a joint initiative by related BRICS securities exchanges.

48. We encourage expanding the channels of communication, exchanges and people-to-people contact amongst the BRICS, including in the areas of youth, education, culture, tourism and sports.

49. Brazil, Russia, China and South Africa extend their warm appreciation and sincere gratitude to the Government and the people of India for hosting the Fourth BRICS Summit in New Delhi.

50. Brazil, Russia, India and China thank South Africa for its offer to host the Fifth BRICS Summit in 2013 and pledge their full support.

Delhi Action Plan

1. Meeting of BRICS Foreign Ministers on sidelines of UNGA

2. Meetings of Finance Ministers and Central Bank Governors on sidelines of G20 meetings/other multilateral (WB/IMF) meetings.

3. Meeting of financial and fiscal authorities on the sidelines of WB/IMF meetings as well as stand-alone meetings, as required.

4. Meetings of BRICS Trade Ministers on the margins of multilateral events, or stand-alone meetings, as required.

5. The Third Meeting of BRICS Ministers of Agriculture, preceded by a preparatory meeting of experts on agro-products and food security issues and the second Meeting of Agriculture Expert Working Group.

6. Meeting of BRICS High Representatives responsible for national security.
7. The Second BRICS Senior Officials' Meeting on S&T.
8. The First meeting of the BRICS Urbanisation Forum and the second BRICS Friendship Cities and Local Governments Cooperation Forum in 2012 in India.
9. The Second Meeting of BRICS Health Ministers.
10. Mid-term meeting of Sous-Sherpas and Sherpas.
11. Mid-term meeting of CGETI (Contact Group on Economic and Trade Issues).
12. The Third Meeting of BRICS Competition Authorities in 2013.
13. Meeting of experts on a new Development Bank.

14. Meeting of financial authorities to follow up on the findings of the BRICS Report.

15. Consultations amongst BRICS Permanent Missions in New York, Vienna and Geneva, as required.

16. Consultative meeting of BRICS Senior Officials on the margins of relevant environment and climate related international fora, as necessary.

17. New Areas of Cooperation to explore:

- (i) Multilateral energy cooperation within BRICS framework.
- (ii) A general academic evaluation and future long-term strategy for BRICS.
- (iii) BRICS Youth Policy Dialogue.
- (iv) Cooperation in Population related issues.